

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
		2024	2023	2024	2023		2024	2023
Circulante	3.033	3.380	782.775	669.640				
Disponível	6	-	5.471	3.808				
Caixa e bancos	7	641	947	358.671	297.329			
Aplicações	6	641	947	358.671	297.329			
Créditos das operações com seguros e resseguros				165.017	120.850			
Prêmios a receber	8.1	-	123.699	91.456				
Operações com resseguradoras	8.5	-	41.318	29.394				
Outros créditos operacionais				9.560	7.899			
Ativos de resseguro e retrocessão	9			163.162	170.648			
Títulos e créditos a receber		228	217	4.772	6.924			
Títulos e créditos a receber		-	2.071	473				
Créditos tributários e previdenciários	228	217	1.254	4.967				
Outros créditos		-	1.447	1.484				
Outros valores e bens	10			3.046	1.816			
Bens a venda		-	3.046	1.816				
Despesas antecipadas				431	534			
Custo de aquisição diferidos	11			61.863	47.231			
Seguros		-	61.863	47.231				
Contas a receber de partes relacionadas	2.164	2.216	10.782	12.421				
Ativo não circulante	123.832	108.139	79.480	62.634				
Realizável a longo prazo				41.087	31.914			
Custo de aquisição diferidos		-	41.087	31.914				
Seguros	12.2	-	41.087	31.914				
Investimentos	12.3	123.832	108.139	1.467	900			
Imobilizado		-	868	1.354				
Intangível		-	36.058	28.186				
Total do ativo		126.865	111.519	862.255	731.814			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Sancor Seguros Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 20 de setembro de 2011, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo por objetivo a participação em sociedades seguradoras e resseguradoras autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), nos termos da Lei das regulamentações aplicáveis. A Companhia é controladora da Sancor Seguros do Brasil S.A. (a "Controlada") detendo 100% das ações ordinárias. A Companhia, tem o seu capital social composto por dois acionistas, sendo 90% pertencentes à Galarin Sociedade Anônima, com sede no Uruguai, e 10% pertencentes à Central das Cooperativas de Crédito Unicoib, com sede na cidade de Maringá - PR. A Companhia pertence ao Grupo argentino Sancor Seguros Internacional e sua controladora em última instância é a Sancor Cooperativa de Seguros Ltda., sediada em Sunchales na Argentina. A Companhia e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo"), por intermédio da Controlada, operam e exploram seguros de danos e de pessoas em todo território nacional sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Automóveis; • Patrimonial; • Pessoas coletivo; • Pessoas individual; • Responsabilidades; • Riscos financeiros; • Rural. **Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamento parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidade supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria de "Avaliados ao valor justo através do resultado". A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2025. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **2.1 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis no exercício de 2025. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras, a administração não considerou a adoção das mudanças normativas adotadas de forma antecipada. **• CPC 50 - Contratos de seguros,** que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A SUSEP ainda não adotou o normativo para o mercado de seguros. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida toda a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento em uma investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da entidade. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 12.2 (b) e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente no exercício apresentado. **3.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **3.2 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional dos registros na data de câmbio vigente nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4 Ativos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e normas específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação, em categorias específicas: **(i) Classificação:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. **(a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No exercício a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **(c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem caixa e equivalentes de caixa, a conta prévia a receber de clientes e a conta de créditos de resseguros. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados nas demonstrações do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem. **(iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou "impaired". Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Seguradora utiliza estudo técnico que levou em consideração histórico de perdas e a capacidade de pagamento. A administração da Seguradora efetua a análise das perdas de prêmios, com base nas diferentes linhas de negócios que opera. As linhas de negócios, não necessariamente, seguem a risco os grupos de ramos estabelecidos pela Circular Susep 682, essa norma segue como base, mas fazemos algumas reclassificações para ramos com características comuns. A administração entende que o valor de despesa, a ser contabilizada, não deve contemplar a parcela de risco ainda não decorrido, uma vez que a parcela a decorrer é registrada em

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Prêmios emitidos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.1	-	-	(73.846)	(27.527)
(-) Prêmios ganhos	19.2	-	-	474.664	416.029
(-) Custos ocorridos	19.4	-	-	(159.493)	(210.838)
(-) Sinistros de aquisição	19.5	-	-	(138.295)	(129.225)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	19.6	-	-	(4.761)	(5.935)
(+) Resultado com resseguro	-	-	-	(106.314)	(61.263)
(+) Receita com resseguro	19.7	-	-	36.835	96.345
(-) Despesa com resseguro	19.7	-	-	(143.149)	(157.608)
(-) Despesas administrativas	19.8	(380)	(345)	(65.449)	(52.772)
(-) Despesas com tributos	19.9	-	-	(15.982)	(12.953)
(-) Resultado financeiro	19.10	54	245	34.911	38.663
(-) Participação nos resultados de controlada	12.2	15.672	11.113	-	-
(+) Resultado operacional	-	-	-	15.346	17.706
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	-	-	-	-
(+) Resultado antes dos impostos e participações	15.346	11.013	21.281	17.853	
(-) Imposto de Renda	20	-	-	(3.054)	(3.173)
(-) Contribuição Social	20	-	-	(1.942)	(1.995)
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	(939)	(1.672)
(-) Lucro líquido do exercício	15.346	11.013	15.346	11.013	
(V) Média ponderada de ações	429.147	429.147	429.147	429.147	
(-) Lucro por ação	0,04	0,03	0,04	0,03	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Resultado abrangente	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Resultado abrangente	15.346	11.013
Resultado abrangente do exercício	15.346	11.013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Capital social acumulados	Prejuízos	Total
429.147	(328.644)	100.503
11.013	-	11.013
429.147	(317.631)	111.516
15.346	-	15.346
429.147	(302.285)	126.862

conta passiva (PPNG) que representa a parcela do prêmio emitido que ainda não afetou a receita, e, portanto, o resultado da Seguradora. Administração entende que o risco do crédito é substancialmente reduzido, pois as coberturas de riscos podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. **3.4 Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. **3.5 Ativos intangíveis - outros intangíveis: (a) Softwares:** Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. **(b) Licenças de uso de *software* adquiridas:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. **(c) Outros intangíveis:** São direitos de utilização de benefícios decorrentes das RCNs (Reduções Certificadas de Emissões), e isto não possui caráter de "bem destinado a venda", mas sim "bem em uso na companhia" e intangível, visto que não possui corpo físico dentro da entidade. Não possui vida útil estimável, e são alocados no resultado da Companhia, à medida que forem utilizados. **3.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota 12.2. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do item é inferior ao seu valor contábil. **3.7 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. **3.8 Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na aplicação inicial dos RCNs. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil) que estão em transição (abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizada na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG-RVNE), sendo esta parcela estimada a partir do estudo de prêmios emitidos em atraso, via triângulos de run-off. (ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na nota técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de run-off. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de sinistros ocorridos e ainda não pagos a estimativa de IBNER e a PSL constituída caso a caso. O IBNER reflete a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. (iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data-base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial de "triângulo de run-off" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados. (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PA (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, esta medida de forma agregada e a PDR (PSL), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Também estimada de forma agregada e comparada com as despesas avisadas, constituída caso a caso, de acordo com cada sinistro avisado e segue os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros, referente ao IBNR, aplica-se o percentual histórico de despesas com sinistro sobre as provisões correspondentes. Este percentual será aplicado também à PSL gerando a estimativa de PDR dos sinistros ocorridos e já avisados. Se a PDR (PSL) estimada for inferior às despesas já pagas, é utilizada o montante de despesas já avisadas como a parcela de PDR (PSL). Se for superior, é adotado o próprio valor da parcela de PDR (PSL) que será somada à parcela de PDR (IBNR) de forma a gerar a PDR total a ser constituída. (v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos são de origens dos contratos (DAC), que são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **3.8.1 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram ajustadas a ocorrer de prêmios já registrados e de prêmios futuros, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares, considerando separadamente o grupo de ramo de Danos e de Pessoas, para efeito de apresentação. Mas os respectivos resultados parciais foram compensados para fins de obtenção do resultado, valor presente esperado do fluxo de caixa a receber de segurados, já refletido pela expectativa de despesas relacionadas a sinistros e resseguros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL) os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes e prêmios já registrados, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado à soma das provisões técnicas (PPNG e PPNG-RVNE). No desenvolvimento deste trabalho foram adotadas as seguintes premissas: **Cancelamento:** Para os prêmios já registrados, sobre o prêmio ganho, gerado a partir do estoque de PPNG na data-base de dezembro de 2024, foi aplicada uma premissa de cancelamento por ramo obtida a partir do histórico de cancelamento sobre prêmio ganho dos últimos 5 exercícios. Para os prêmios não registrados, foi feita uma análise de movimentação de prêmio, mês a mês, apólice a apólice, nos últimos 5 anos. Se observarmos a mediana da série, obtemos zero como o percentual de cancelamento a ser aplicado. Como pode ser cancelamento de prêmios com saídas ou incremento do prêmio como novas entradas, consideramos a

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultados antes dos impostos e após participações sobre o lucro		15.346	11.013	20.342	16.181
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações	-	-	-	6.898	5.709
<i>Impairment</i> de ativos intangíveis	-	-	-	1.422	446
Variação cambial, líquida	52	(86)	336	(407)	
Participação nos resultados de controlada (15.672)	(11.113)	-	-	-	(147)
Ganhos na alienação de ativos imobilizados	-	-	-	-	-
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	36	514
Varição nas contas patrimoniais:					
Ativos financeiros	306	424	(64.883)	(32.590)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	-	-	-	(44.203)	14.133
Outros créditos operacionais	-	-	-	(1.661)	(1.647)
Ativos de resseguro	-	-	-	7.466	2.777
Despesas antecipadas	-	-	-	103	363
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	(23.805)	(10.580)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de reais

5.4 Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de o Grupo gerar, através do curso normal do negócio bem como do gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa do Grupo Sancor para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira. **5.5 Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos do Grupo sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo Grupo Sancor e aprovados localmente no Conselho de Administração. **Taxa de juros:** Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, o Grupo realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexados à variação do CDI. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 1,0 ponto percentual (p.p.) na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado:

Fator de risco	Impacto no resultado	
	2024	2023
Taxa de juros	11	3.009
Taxa de juros	(11)	(3.009)

O impacto no resultado antes dos impostos e participações da controladora seria de 0,05% (14,1% no consolidado) e sobre o Patrimônio Líquido da controladora é de 0,01% (2,4% no consolidado) em 31 de dezembro de 2024.

Fator de risco	Impacto no resultado	
	2023	2022
Taxa de juros	10	2.700
Taxa de juros	(10)	(2.700)

O impacto no resultado antes dos impostos e participações da controladora seria de 0,06% (15,1% no consolidado) e sobre o Patrimônio Líquido da controladora é de 0,01% (2,4% no consolidado) em 31 de dezembro de 2023. As aplicações financeiras do Grupo estão classificadas como:

Carteira em 31 de dezembro de 2024	Controladora		Consolidado	
	Nível I	Nível II	Nível I	Nível II
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	37.771	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	10.517	-
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	641	641	84.611	84.611
Letra Financeira (LF)	-	-	12.624	12.624
Debêntures	-	-	29.470	29.470
Quotas de fundos de investimentos	-	-	183.678	183.678
Total	641	641	481.383	358.671

As operações de resseguro são gerenciadas pelo Grupo de acordo com os padrões e regras estabelecidos pelo órgão regulador. As resseguradoras com que firmamos contratos são de alto elevado grau de crédito conforme os ratings da agência Fitch Rating ou Standard & Poor's. Os prêmios cedidos aos resseguradores estão abaixo apresentados:

Rating	Local		Admitida		Eventual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
AAA	(2.869)	(1.154)	(264)	-	(3.133)	-	(1.154)	-
AA	(2.534)	-	(500)	-	(3.034)	-	-	-
A+	(1.231)	-	-	(4.584)	(1.735)	(5.815)	(1.735)	-
A	(763)	-	(10.913)	(9.338)	(4.311)	(12.731)	(13.649)	-
A-	(51.952)	(19.040)	(11.812)	(10.248)	(60.416)	(107.996)	(89.704)	-
A-	-	-	(48)	(48)	-	(48)	(48)	-
Total	(59.349)	(20.194)	(23.537)	(19.634)	(49.871)	(66.462)	(132.757)	(106.290)

5.7 Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito: A estratégia de capital do Grupo, é realizada de maneira a aumentar, e otimizar o valor do capital. A avaliação de risco de capital é elaborada, no mínimo anualmente, visando garantir a sustentabilidade do negócio e atender os aspectos regulatórios estabelecidos pela SUSEP. Essa avaliação leva em consideração, alterações no ambiente regulatório, premissas de crescimento do negócio, fontes de capital e outros aspectos inerentes. Nossa administração atua de maneira ativa e prospectiva na gestão desse risco, essa gestão está sob responsabilidade da Diretoria Financeira, com apoio da Diretoria Atuarial. **5.8 Gestão de riscos financeiros:** A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros do Grupo. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação. Os principais fatores de risco que afetam o negócio do Grupo são:

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pós-fixados privados								
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		641	83	8	649	641	649
Impacto líquido de efeito tributário					5			

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pré-fixados públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	CDI 10% na taxa		12.624	1.520	152	12.776	12.624	12.776
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		84.611	10,881	1.088	85.699	84.611	85.699
Quotas de Fundos de Investimentos	Perfomance 10% na taxa		183.678	11.871	1.187	184.865	183.678	184.865
Impacto líquido de efeito tributário					1.975			

O Grupo possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pós-fixados privados								
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		641	83	8	649	641	649
Impacto líquido de efeito tributário					5			

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pré-fixados públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	CDI 10% na taxa		12.624	1.520	152	12.776	12.624	12.776
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		84.611	10,881	1.088	85.699	84.611	85.699
Quotas de Fundos de Investimentos	Perfomance 10% na taxa		183.678	11.871	1.187	184.865	183.678	184.865
Impacto líquido de efeito tributário					1.975			

6. Caixa e equivalente de caixa:

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Caixa			3	2			3	2
Bancos conta depósitos			5.468	3.806			5.471	3.808
Total			641	83	8	649	641	649

7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: 7.1 Classificação: A classificação dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pós-fixados privados								
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		641	83	8	649	641	649
Impacto líquido de efeito tributário					5			

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pré-fixados públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	CDI 10% na taxa		12.624	1.520	152	12.776	12.624	12.776
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		84.611	10,881	1.088	85.699	84.611	85.699
Quotas de Fundos de Investimentos	Perfomance 10% na taxa		183.678	11.871	1.187	184.865	183.678	184.865
Impacto líquido de efeito tributário					1.975			

7.2 Taxas de juros contratadas: As taxas de juros médias contratadas dos ativos estão apresentadas a seguir:

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pós-fixados privados								
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		641	83	8	649	641	649
Impacto líquido de efeito tributário					5			

Classe	Indexador	Premissas	Saldo contábil	Rendimentos	Variação resultado	Impacto	Controladora	
							Saldo	Saldo
Ativos pré-fixados públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	CDI 10% na taxa		12.624	1.520	152	12.776	12.624	12.776
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	Aumento de CDI 10% na taxa		84.611	10,881	1.088	85.699	84.611	85.699
Quotas de Fundos de Investimentos	Perfomance 10% na taxa		183.678	11.871	1.187	184.865	183.678	184.865
Impacto líquido de efeito tributário					1.975			

Carteira em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil		Valor	
	Nível I	Nível II	Nível I	Nível II
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	33.996	-
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	947	947	89.069	89.069
Letra Financeira (LF)	-	-	11.104	11.104
Debêntures	-	-	38.529	38.529
Quotas de fundos de investimentos	-	-	124.631	124.631
Total	947	947	33.996	263.333

O Grupo define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. A concentração bruta de risco para os produtos do Grupo está distribuída na região sul da seguinte forma:

Grupo de ramos	Prêmios a receber	
	2024	2023
Automóvel	33.016	28.321
Patrimonial	22.174	16.350
Pessoas	45.559	35.552
Responsabilidades	616	260
Riscos financeiros	498	397
Rural	21.836	10.576
Total	123.699	91.456

Produto (Resseguro líquido de comissão)	Resseguradora local		Resseguradora admitida		Resseguradora eventual		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Automóvel	(224)	(17)	112	(129)	(224)	(17)	112	(129)
Patrimonial	(3.809)	402	(4.478)	(7.885)	(3.809)	402	(4.478)	(7.885)
Pessoas	(6.145)	(3.155)	7	(9.293)	(6.145)	(3.155)	7	(9.293)
Responsabilidades	(54)	(27)	(20)	(101)	(54)	(27)	(20)	(101)
Rural	(49.117)	(20.740)	(45.492)	(115.349)	(49.117)	(20.740)	(45.492)	(115.349)
Total	(59.349)	(23.537)	(49.871)	(132.757)	(59.349)	(23.537)	(49.871)	(132.757)

Produto (Resseguro líquido de comissão)	Resseguradora local		Resseguradora admitida		Resseguradora eventual		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Automóvel	(1.013)	(17)	-	-	(1.013)	-	-	-
Patrimonial	(5.602)	(122)	(4.528)	(10.252)	(5.602)	(122)	(4.528)	(10.252)
Pessoas	(5.977)	(2.997)	7	(8.967)	(5.977)	(2.997)	7	(8.967)
Rural	(7.602)	(16.498)	(61.941)	(86.041)	(7.602)	(16.498)	(61.941)	(86.041)
Total	(20.194)	(19.634)	(66.462)	(106.290)	(20.194)	(19.634)	(66.462)	(106.290)

A tabela abaixo apresenta os prêmios emitidos por região onde a Seguradora opera.

Prêmios de seguros por região:	Consolidado	
	2024	2023
Sul	472.116	388.916
Sudeste	67.135	47.246
Centro - Oeste	5.711	4.704
Nordeste	2.681	1.663
Norte	867	1.027
Total	548.510	443.556

Aplicações	2023		2024	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	947	(389)	83	641
Circulante	947	(389)	83	641

Aplicações	2022		2023	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Recibos de depósitos bancários (RDB)	1.371	(575)	151	947
Total	1.371	(575)	151	947

Aplicações	2023		2024	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Quotas de fundos de investimentos	124.631	372.005	(324.829)	11.871
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	89.069	29.300	(44.639)	10.881
Debêntures	38.529	6.958	(20.891)	4.874
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	33.996	-	-	3.775
Letra Financeira	11.104	-	-	1.520
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	10.000	-	517
Total	297.329	418.263	(390.359)	33.438

Aplicações	2022		2023	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	30.011	-	-	3.985
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	7.983	1.972	(10.368)	413
Letra Financeira	9.741	13.221	(12.442)	584
Debêntures	20.249	25.008	(9.836)	3.108
Recibos de Depósitos Bancários (RDB)	64.349	26.409	(13.801)	



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de reais

Essas faltas ocorreram principalmente em agro na colheita da soja no primeiro trimestre de cada ano.

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores brutos de resseguros não judiciais em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	364	4.776	48.974	132.174	140.897	254.679	286.729	310.736	240.408	206.050	160.526	225.251
um ano mais tarde	559	4.440	49.233	147.012	160.549	319.298	380.966	328.981	411.154	226.689	164.441	-
dois anos mais tarde	559	4.294	49.054	147.418	161.244	319.872	390.038	331.325	412.722	226.691	-	-
três anos mais tarde	559	4.213	49.131	147.579	161.836	320.045	391.739	333.209	411.238	-	-	-
quatro anos mais tarde	559	4.213	49.137	147.616	161.787	320.014	393.017	332.407	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	559	4.288	49.169	147.613	161.823	319.959	392.685	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	564	4.276	49.193	147.613	161.980	319.977	-	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	559	4.276	49.193	147.613	161.999	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	559	4.276	49.193	147.613	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	559	4.276	49.193	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	559	4.276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	629	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	629	4.276	49.193	147.613	161.999	319.977	392.685	332.407	411.238	226.691	164.441	225.251

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores brutos de resseguro judiciais em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	7	(153)	(14)	1.987	602	1.287	718	2.816	1.359	2.531	4.033	3.392
um ano mais tarde	(0)	611	1.208	2.575	2.632	3.624	5.937	6.980	3.566	5.483	6.171	-
dois anos mais tarde	183	1.007	768	2.912	4.594	6.410	9.839	9.097	5.233	8.649	-	-
três anos mais tarde	212	1.788	1.115	4.088	6.523	7.192	10.296	9.045	8.409	-	-	-
quatro anos mais tarde	55	1.961	1.218	5.723	7.281	7.600	10.298	10.473	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	34	2.396	2.033	6.509	7.741	7.798	10.965	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	144	2.673	1.465	5.383	6.482	7.282	7.814	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	473	3.089	1.420	6.449	7.132	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	707	3.050	1.409	6.649	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	672	3.324	1.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	654	2.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	640	2.109	1.401	6.649	7.132	7.814	10.965	10.473	8.409	8.649	6.171	3.392

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores brutos de resseguro em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	(7)	(153)	(14)	1.987	602	1.287	718	2.816	1.359	2.531	4.033	3.392
um ano mais tarde	(0)	611	1.208	2.575	2.632	3.624	5.937	6.980	3.566	5.483	6.171	-
dois anos mais tarde	183	1.007	768	2.912	4.594	6.410	9.839	9.097	5.233	8.649	-	-
três anos mais tarde	212	1.788	1.115	4.088	6.523	7.192	10.296	9.045	8.409	-	-	-
quatro anos mais tarde	55	1.961	1.218	5.723	7.281	7.600	10.298	10.473	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	34	2.396	2.033	6.509	7.741	7.798	10.965	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	144	2.673	1.465	5.383	6.482	7.282	7.814	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	473	3.089	1.420	6.449	7.132	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	707	3.050	1.409	6.649	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	672	3.324	1.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	654	2.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	640	2.109	1.401	6.649	7.132	7.814	10.965	10.473	8.409	8.649	6.171	3.392

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores líquidos de resseguro não judiciais em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	358	4.623	48.960	134.161	141.499	255.966	287.446	313.552	241.767	208.581	164.559	228.644
um ano mais tarde	659	5.050	50.440	149.587	163.103	320.201	377.351	326.635	408.465	228.282	163.001	-
dois anos mais tarde	742	5.401	49.822	150.330	165.838	326.282	399.877	340.422	417.955	235.340	-	-
três anos mais tarde	771	6.001	50.246	151.667	168.359	327.237	402.035	342.254	419.646	-	-	-
quatro anos mais tarde	615	6.174	50.355	153.339	169.068	327.614	403.315	342.879	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	594	6.674	51.202	154.122	169.564	327.748	403.649	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	708	6.949	50.624	154.095	169.232	327.790	-	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	1.032	7.365	50.613	154.062	169.131	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	1.266	7.775	50.602	154.262	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	1.232	7.600	50.593	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	1.214	6.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	1.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	1.270	6.385	50.593	154.262	169.131	327.790	403.649	342.879	419.646	235.340	170.612	228.644

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores líquidos de resseguro judiciais em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	(7)	(153)	(14)	1.987	602	1.287	718	2.816	1.359	2.531	4.033	3.392
um ano mais tarde	(0)	611	1.208	2.575	2.632	3.624	5.937	6.980	3.566	5.483	6.171	-
dois anos mais tarde	183	1.007	768	2.912	4.594	6.410	9.839	9.097	5.233	8.649	-	-
três anos mais tarde	212	1.788	1.115	4.088	6.523	7.192	10.296	9.045	8.409	-	-	-
quatro anos mais tarde	55	1.961	1.218	5.723	7.281	7.600	10.298	10.473	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	34	2.396	2.033	6.509	7.741	7.798	10.965	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	144	2.673	1.465	5.383	6.482	7.282	7.814	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	473	3.089	1.420	6.449	7.132	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	707	3.050	1.409	6.649	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	672	3.324	1.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	654	2.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	640	2.109	1.401	6.649	7.132	7.814	10.965	10.473	8.409	8.649	6.171	3.392

Ano de ocorrência Incorrido + IBNR até a data-base um ano mais tarde dois anos mais tarde três anos mais tarde quatro anos mais tarde cinco anos mais tarde seis anos mais tarde sete anos mais tarde oito anos mais tarde nove anos mais tarde dez anos mais tarde onze anos mais tarde	Valores líquidos de resseguro em 31 de dezembro											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
até a data-base	(7)	(153)	(14)	1.987	602	1.287	718	2.816	1.359	2.531	4.033	3.392
um ano mais tarde	(0)	611	1.208	2.575	2.632	3.624	5.937	6.980	3.566	5.483	6.171	-
dois anos mais tarde	183	1.007	768	2.912	4.594	6.410	9.839	9.097	5.233	8.649	-	-
três anos mais tarde	212	1.788	1.115	4.088	6.523	7.192	10.296	9.045	8.409	-	-	-
quatro anos mais tarde	55	1.961	1.218	5.723	7.281	7.600	10.298	10.473	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	34	2.396	2.033	6.509	7.741	7.798	10.965	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	144	2.673	1.465	5.383	6.482	7.282	7.814	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	473	3.089	1.420	6.449	7.132	-	-	-	-	-	-	-
oito anos mais tarde	707	3.050	1.409	6.649	-	-	-	-	-	-	-	-
nove anos mais tarde	672	3.324	1.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez anos mais tarde	654	2.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
onze anos mais tarde	640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	640	2.109	1.401	6.649	7.132	7.814	10.965	10.473	8.409	8.649	6.171	3.392

17.3 Movimentação das provisões técnicas:

	Consolidado				
	2024	2023	2022	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2022	241.341	104.213	73.263	7.016	425.833
Constituições	62.451	81.443	44.995	5.267	194.156
Reversões	(34.927)	(99.761)	(41.166)	(1.833)	(177.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268.865	85.895	77.092	10.450	442.302
Constituições	93.603	35.907	21.934	5.330	156.774
Reversões	(19.774)	(52.551)	(30.466)	(2.011)	(104.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	342.694	69.251	68.560	13.769	494.274

Relacionados a sinistros	Consolidado		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	68	9.995	9.619
Perda possível	150	18.619	6.331
Perda remota	188	20.337	4.618



→★ continuação

Aos Administradores e Acionistas **Sancor Seguros Participações S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sancor Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

de auditoria contendo nossa opinião. **Ênfase: Base de elaboração das demonstrações financeiras:** Conforme mencionada na nota 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em atendimento aos requerimentos dos administradores e acionistas e, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório

de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

**PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

Maringá, 24 de abril de 2025

Gabriel Perussolo
Contador - CRC 1PR057146/O-0

